

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 828 - de de 24 de maio a 7 de junho de 2018

PESQUISA



Tira publicada na FSP - reprodução autorizada por Laerte

É LULA ATÉ O FIM

EM DEFESA DA NAÇÃO E DOS DIREITOS



Imperialismo reage à vitória de Maduro e aperta o cerco contra o povo venezuelano pág. 12

Partido

O que querem os governadores do PT?
pág. 4

Comitês Lula

Em bairros, sindicatos e escolas, se espalham pelo país
pág. 7

Luta de classe

Eleição no ANDES-SN abre nova situação
pág. 8

Palestina

Fim dos massacres! Direito ao retorno!
pág. 11

Greves estudantis nas Federais

No Mato Grosso e Brasília, luta contra os efeitos da EC 95

Em 8 de maio, os estudantes da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), deflagraram greve contra o aumento dos valores e o fim da política universal do acesso ao Restaurante Universitário (RU).

Com um forte movimento conseguiram impor um recuo à Reitoria que suspendeu a proposta.

Uma verdadeira conquista dos estudantes, o que gera ânimo para continuar a batalha em defesa da educação pública.

Batalha que também acontece na Universidade de Brasília (UnB), onde os estudantes estão em greve desde 2 de maio. Os estudantes enfrentam medidas de sucateamento como demissões de funcionários na limpeza, segurança e manutenção. O limite orçamentário imposto pela EC 95 (teto de gastos) estrangula a universidade principalmente na área de custeio, que atinge os contratos de serviços e o RU. No movimento grevista são realizadas dezenas de atividades de mobilização, entre debates, atos, aulas públicas e oficinas, para discutir e impulsionar a exigência da recomposição imediata do orçamento da universidade.

O engajamento das direções dos DCEs destas duas universidades é fundamental neste combate, que enfrenta empecilhos no interior do próprio movimento. Como as ações isoladas de grupos autonomistas e esquerdistas, que negam a democracia e

o papel das entidades, promovem ações autoritárias e paralelas que dividem e confundem os estudantes. Na UnB chegaram a destruir um carro de som de uma manifestação dos trabalhadores e depredaram o DCE-UnB e um Centro Acadêmico. Na UFMT implodiram uma reunião de Conselho Universitário que tinha como objetivo criar uma comissão para discutir a política de alimentação, integrando as entidades estudantis.

Também atuam setores de direita que utilizam os cortes impostos pelo teto de gastos para defender a autonomia financeira das universidades, desobrigando o Estado de financiá-las, na



Assembleia de estudantes da UFMT que decretou a greve

via de buscar recursos no setor privado.

Coneg deve ajudar a avançar a luta

Nas duas greves, a presença da "UNE volante" - caravana da entidade para discutir os problemas dos estudantes nas universidades federais - não serviu de ponto de apoio para o movimento. A caravana não integra os impactos da EC 95 nas Universidades, tampouco a necessidade da luta pela sua revogação. Assim a UNE não ajuda a consolidar o movimento grevista e a abrir o canal em outras universidades para que a mobilização ocorra em nível nacional.

É este o desafio colocado para o Con-

selho Nacional de Entidades Gerais da UNE (Coneg), que reunirá UEEs e DCEs de todo país, de 8 a 10 de junho. Aí é oportunidade de traçar uma campanha nacional pela revogação da EC 95 apoiada na disposição já mostrada por milhares de estudantes nas federais de Brasília a Mato Grosso.

Leonardo (UFMT) e Hélio (UnB)

Carta ao Congresso da Juventude do PT

"Diz tudo o que precisa ser dito", afirma uma companheira

Começaram a acontecer nos estados e municípios as etapas do congresso extraordinário da JPT, a nacional será de 1 a 3 de junho em Curitiba. Foi o caso dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, de municipais como Parintins-AM e regionais como da Macro de Ribeirão Preto (SP). Todas, de um modo geral, reafirmam sem hesitar a posição Lula presidente.

Nessas etapas a Juventude Revolução apresentou uma carta, na qual defende "avançar a organização da juventude nas escolas, faculdades, nos bairros, associações culturais e esportivas e sermos o motor da multiplicação dos comitês Lula Livre, Lula presidente". A carta propõe "Vamos com Lula até o fim! É preciso garantir seu nome nas urnas e elegê-lo presidente, para que convoque uma Constituinte Soberana que revogue as medidas de Temer e abra caminho para atender as demandas da juventude e do povo trabalhador." A carta faz o convite para Encontro da JR (ver ao lado).

Na Macro de Ribeirão, uma verdadeira discussão foi feita. Thainara Faria, jovem vereadora de Araraquara, fez uma fala ressaltando a importância da juventude e alertou que os jovens precisam ser levados à sério pelo partido e não serem tratados como massa de manobra. Ela elogiou a carta da JR: "diz tudo o que precisa ser dito". Em outra mesa Vitor Quarenta jovem militante da CNB e membro do Diretório Nacional, discutiu a conjuntura nacional e concordou que para retomar os avanços sociais dos governos do PT seria preciso fazer uma Constituinte. Stela, secretária de juventude de Franca, chamou a juventude do PT a tomar iniciativas para debater com a população a situação do país.

Luã Cupolillo

Juventude Revolução convoca seu 15º Encontro Nacional

Entrevista com Sarah Lindalva da direção da JR

O Trabalho - Qual objetivo do Encontro?

Sarah Lindalva - É uma necessidade imposta pela situação do país que ameaça o futuro dos jovens. O avanço do estado de exceção, prendeu Lula para retirar o candidato que pode revogar as medidas dos golpistas que gera o aumento do desemprego através da reforma trabalhista e empurra os jovens aos trabalhos informais. A EC 95 estrangula as universidades, com as reitorias aplicando ajuste fiscal. Há disposição de resistir a estas medidas, como mostram as greves na UnB e UFMT. O nosso encontro terá no centro a discussão de como sair desta encalacrada. Para a JR tudo se concentra na busca da saída política, na batalha para libertar Lula e para que ele seja eleito presidente. Com essa disposição é que estamos convocando o encontro.

OT - Como se prepara e qual a pauta do encontro?

SL - A preparação acontece a partir de reuniões amplas com jovens nas escolas, universidades, bairros, locais de trabalho que queiram Lula Livre, Lula

Presidente. Estas reuniões devem traçar um plano de arrecadação para o transporte e construção do encontro, preservando nossa independência financeira.

A JR entende que a eleição de Lula abre a via para a convocação de uma Constituinte Soberana, o que ele mesmo falou em seu discurso de 7 de abril em São Bernardo, em frente à sede dos Metalúrgicos, num ato repleto de jovens. Para nós este é o caminho para revogar todos os ataques dos golpistas e avançamos em novas conquistas, ter direito a uma educação pública de qualidade, empregos, cultura, lazer, enfim, tudo que nós jovens precisamos para ter um futuro digno.

OT - O que levou a JR a publicar uma carta ao Congresso da Juventude do PT?

SL - Queremos resistir com os jovens



Sarah, da direção da Juventude Revolução

petistas. Hoje milhares e milhares de jovens depositam suas esperanças em Lula e muitos buscam o PT como instrumento de luta. Este foi o retrato das caravanas do Lula e é o que diz os índices de filiação no partido. O congresso da JPT pode ocupar um lugar com resoluções que tenham condições de organizar amplamente os jovens petistas. A impulsão de comitês Lula Livre deve ser a tarefa central daqui para a frente, organizando também a luta até o fim para a eleição do Lula. Queremos estar junto neste esforço, é o que manifestamos na carta.

É isso aí, lançar Lula e começar a campanha!

O PT marcou o ato nacional de lançamento da pré-candidatura de Lula à Presidência da República para o dia 9 de junho em Belo Horizonte. Num "esquenta", no próximo dia 27, os Diretórios Municipais em todo o país estão chamados a realizarem atos e panfletagens para afirmar que é Lula o candidato.

É disso que o povo trabalhador precisa e é isso que deve ser feito. Afirmar, em alto e bom som, que estamos dispostos a ir até o fim com a candidatura de Lula. O que, mais que uma escolha, é uma imposição diante da grave situação que atravessa o país.

O governo Temer, em mais um golpe, acaba de oficializar o fim do programa Farmácia Popular.

Dados recentes mostram que nos últimos dois anos a mortalidade infantil que há 13 anos vinha caindo volta a subir, como consequência dos cortes em programas voltados ao atendimento pré-natal e alimentação escolar. As tarifas de luz, o preço do gás, gasolina e diesel explodem.

Enquanto segue uma deterioração das condições materiais de vida, há uma decomposição das instituições, a burguesia segue incapaz de apresentar um candidato competitivo e abre brecha à violência direta contra as mobilizações e organizações populares e para avançar em direção a uma ditadura jurídico-militar capaz de garantir a retirada

dos direitos dos trabalhadores, para rebaixar o custo do trabalho, e a ofensiva contra a soberania nacional para a rapinagem de nossas riquezas.

Lançar Lula candidato e começar a campanha é o que pede a grave situação que conturba o país.

Lançar a candidatura Lula e começar a campanha é o que permitirá apresentar uma saída ao esforço que fazem os trabalhadores que resistem e lutam para defender seus direitos e a nação.

É O FUTURO DA NAÇÃO QUE ESTÁ EM JOGO

Metalúrgicos e professores fazem greves contra a perda de direitos, consequência da contrarreforma trabalhista. Petroleiros e eletricitários preparam greve contra a privatização da Petrobrás e Eletrobrás. Servidores municipais em várias cidades do país se mobilizam, estudantes de Universidades Federais vão à greve contra os cortes orçamentários impostos pela Emenda Constitucional 95.

Há todo um esforço de luta que pede a saída política que se confirma nas pesquisas eleitorais.

A proliferação dos Comitês Lula Livre nos bairros, categorias e escolas é a força que se organiza para ter Lula Presidente.

Este é o caminho para que o PT faça frente à operação comandada pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos, através do juiz Sérgio Moro e do Supremo Tribunal Federal que há 48 dias mantém Lula preso político, para impedir sua candidatura. O mesmo judiciário que em uma semana decretou a prisão de duas lideranças do PT, os companheiros José Dirceu e Delúbio Soares e que não dá trégua na sanha de destruir nosso partido.

A resistência dos trabalhadores e jovens sentirá mais confiança para prosseguir e avançar podendo apoiar-se em Lula, o candidato do PT. Lançada a pré-candidatura é começar a organizar o povo, façam os Tribunais o que fizerem, para garantir a vitória.

É o futuro da nação que está em jogo. Vamos organizar o ato nacional em Belo Horizonte e enterrar as tratativas de corredores e bastidores pelo tal plano b, uma outra alternativa do PT, e principalmente do povo brasileiro, que não seja Lula Presidente para, com uma Constituinte Soberana, reorganizar o país em benefício de seu povo trabalhador.

Memória - Especial 40 anos



JUVENTUDE - Em 1979, ressurgiu a UNE, como fruto do combate dos jovens por suas reivindicações e contra a ditadura.

Edição nº 24 - 29/5/1979



ASSASSINOS - Uma bomba explode em carro de militares que preparavam um atentado no Rio: o terror era organizado pelo regime.

Edição nº 105 - 13/5/1981



DEFESA DA SOBERANIA - A serviço do imperialismo, FHC privatizou a telefonia nacional, como Temer quer fazer com a Eletrobras.

Edição nº 439 - 24/6/1998



JORNAL O TRABALHO

Há 40 anos a serviço da luta da classe trabalhadora

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Mariana Waechter

O que querem os governadores do PT?

Em debate, os palanques estaduais da candidatura de Lula

Um dia o governador do Ceará, Camilo Santana, petista conhecido pelas ligações com o grupo oligárquico dos Ferreira Gomes (hoje no PDT) no Estado, veio a público retomar que “há dois anos defendia, que Haddad fosse vice de Ciro Gomes ou vice-versa”, na entrevista em que acusa o PT de “apostar no isolamento suicida” (OESP, 17/5). Rui Costa, governador petista da Bahia, também aventou “uma chapa com alguém de vice de Lula, que já seria preparado para assumir e ir já se apresentando” e lamentou “a demora na tomada de decisão” (blog Drive).

Lula reagiu que não abre mão da candidatura, e foi respaldado pelas bancadas no Senado e na Câmara, além de dirigentes.

Uma semana depois, Gleisi Hoff-



SP, 25 de janeiro, Lula com governadores em ato que reafirmou sua candidatura, depois de condenado. A unidade é o caminho da vitória

man, presidente do PT, se reuniu com os governadores Camilo, Pimentel, de Minas, Tião Viana, do Acre, e Wellington Dias, do Piauí (Rui não

veio). Dessa vez, coube a Wellington dizer ao Valor (24/5) “agora vamos discutir o vice, queremos um vice de outro partido”.

Mais sutil, ele vai no mesmo rumo dos apressadinhos, porque antecipando um vice - o nome só deve ser anunciado na convenção oficial dia 28 de julho ou, a rigor, até a inscrição da chapa, em 15 de agosto -, ele na verdade trabalha uma variante de plano B. Um nome substituto de Lula é que precisaria de tempo para “ir se apresentando”, não o vice, para acostumar a militância e preparar a massa de eleitores lulista.

Triste o papel de alguns governadores. Erram feio na avaliação, imaginando substituir por qualquer aliança sem critério - caso da Bahia e Piauí, com partidos como o PP, PSD etc. - o único caminho da vitória: Lula Presidente, com a ampla aliança de tipo anti-imperialista prevista na resolução do 6º Congresso do PT.

J.A.L.

Carta propõe pontos ao PSB na Paraíba

Diretório de João Pessoa aplica resolução do 6º Congresso

“Em contradição com seu posicionamento de combate ao golpe, o governador Ricardo Coutinho (PSB) procura construir aliança ampla em torno de sua candidatura que contempla PSDB e DEM, que estiveram na linha de frente do golpe”. Se propõe “que o PT-PB se dirija a ele e apresente pontos para uma plataforma que encarnem o compromisso da ‘luta anti-imperialista, antimonopolista, antilatifundiária e radicalmente democrática’ definida como perspectiva para alianças pelo 6º Congresso Nacional do PT. Sobre essa base, inaceitável para os golpistas do PSDB e do DEM, se responder positivamente, provocando a ruptura com os golpistas, o PT-PB se coloca no apoio à sua candidatura. Caso contrário, o PT lançará candidatura própria.”

Essa orientação foi adotada por una-

nimidade na Carta aprovada dia 19, na Plenária do Diretório de João Pessoa, quase 30 presentes.

O secretário estadual, Eder Dantas, abriu o debate e citou a pesquisa onde o PT na PB tem melhor aceitação com 7,5%, Lula estoura, na espontânea em 35% e 50% na indicada, para concluir reconhecendo que “não podemos fazer as mesmas alianças, porém temos que disputar o centro. Então qual a melhor forma? Nós temos alianças com RC, mas também divergências”.

No debate, alguns não concordavam com alianças com PP e DEM, “não tem acordo com os golpistas que estão ao lado do governador, muito embora saiba fazer a distinção do governador”, “pode fazer um programa para apresentar a uma possível aliança sem ilusão de que será apreciado”, e ainda

“se sair candidatura própria corre-se o risco de não eleger nenhum deputado federal, apesar de Luiz Couto ser dos mais cotados para reeleição”.

Fernando, de O Trabalho, que trouxe a proposta de Carta, insistiu em “que o próximo governo não privatize a companhia de água e esgoto e pare o processo de privatização por dentro da Educação via Organizações Sociais, abrindo um canal de diálogo com os servidores. Isso coloca a possibilidade de aliança e não apenas os cargos”.

Por fim, uma companheira do Sintepe (educação), encerrou o debate sugerindo “acrescentar na Carta da plenária, a crítica às OS e ao congelamento dos salários dos servidores com a MP 242/2016”.

Uma boa discussão está aberta.

Correspondente

Amazonas em defesa do voto 13!

Manifesto organiza a luta pela candidatura própria

Na eleição suplementar de 2017, devida à cassação do governador José Melo (PROS), o PT do Amazonas rompeu o jejum de candidatos próprios desde 2002, recebendo boa votação na chapa encabeçada pelos deputados José Ricardo e Sinésio Campos (2º lugar em Manaus).

Agora, em 2018, apesar de que Lula lidera disparado também no Estado, nenhuma liderança reconhecida se colocou.

Por isso, a chapa Unidade Pela Reconstrução do PT e o Comitê Lula Livre do bairro Petrópolis (Manaus), lançaram um manifesto pela candida-

tura própria. Ele já conta com a adesão de vários grupos e está discutindo com os filiados, chamando a atenção para a resolução do 6º Congresso que delimita o arco “anti-imperialista, antimonopolista, antilatifundiário e profundamente democrático”.

O manifesto afirma que “a candidatura própria do PT é a única posição que garante unidade da nossa base partidária”, frente a ânsia de alguns dirigentes por alianças sem critério, onde cabe qualquer um com o único objetivo de formar chapas proporcionais. Por fim, o manifesto destaca que esta é a melhor forma de ajudar à vitória

da candidatura Lula, para revogar as medidas de Temer e convocar a Constituinte que restabeleça a democracia e atenda às demandas sociais.

O texto será levado ao Encontro estadual de tática eleitoral, dia 20 de junho, e já tem apoio de Gustavo Passaneli (Executiva PT-Parintins), Manoel Lázaro (ex-vereador Parintins), Alex Eduardo (JR-AM), Lourenzo Gondin (Núcleo Che Guevara PT Manaus), Walter Mattos (Sindsep-CUT), Waldemir José (ex-vereador Manaus) e Ruan Otavio (Secretário estadual da JPT).

Correspondente

Alagoas: Renan de novo?

Encontro eleitoral aprova aliança com os Calheiros

Por 120 a 68, o Encontro de tática eleitoral do PT de Alagoas, realizado no dia 5 de maio, aprovou uma aliança para a reeleição do governador Renan Calheiros Filho (MDB).

O leitor se lembrará que uma tentativa da maioria do Diretório Estadual, já com esse objetivo de entrar no governo de Renan Filho, foi inviabilizada no ano passado, após a polémica de repercussão nacional, do aceno embutido ao golpista senador Renan Calheiros. Hoje, a retomada do acordo com os Calheiros, abre um perigoso precedente para o PT vir a apoiar candidatos em ruptura com as resoluções aprovadas no 6º Congresso.

A posição apresentada pela maioria do diretório, o CNB, foi contestada pelo Diálogo e Ação Petista e pelo Muda PT, por entendê-la como uma frente com oligarquias reacionárias, inclusive dois ministros de Temer, e que não exclui partidos como PSDB e DEM, que, em seu governo, aplica a mesma política de Temer de desmonte dos serviços públicos e ameaça de privatização a companhia de água e saneamento.

No Encontro, a presidenta da CUT-AL, Rilda Alves, contra a aliança, explicou os ataques aos servidores e aos serviços pelo governo Renan, “que não negocia e usa da truculência contra os servidores, como no caso da greve do Detran.”

Correspondente

EM DEFESA DAS CANDIDATURAS DO PT

O PT está em pleno processo de preparação de suas campanhas eleitorais. Em vários estados, o partido se depara com a alternativa de lançar candidato próprio ao governo ou apoiar um candidato de outro partido.

Em seu 7º Encontro Nacional, realizado em outubro de 2017, o

Diálogo e Ação Petista incorporou as decisões do 6º Congresso do PT em sua resolução eleitoral. A resolução já defendia que “eleição sem Lula é fraude” e apontava a perspectiva de um governo Lula revogar as medidas dos golpistas e avançar nas reformas populares, por meio de uma Assem-

bleia Constituinte Soberana. Outro ponto são as alianças “com setores anti-imperialistas, antilatifundiários, antimonopolistas e radicalmente democráticos”.

Coerente com essas posições, o DAP vem atuando nos estados para implementá-las, tomando iniciativas

para unir o partido na via da candidatura própria, como mostram os exemplos de Pernambuco e Mato Grosso.

Em meio ao combate pela constituição dos Comitês Lula Livre, o DAP busca ajudar o partido, nos estados, com candidaturas que ajudem a fortalecer a luta por Lula Presidente.

EM RECIFE, COM MARÍLIA ARRAES



20 de maio: DAP presente no ato da candidatura de Marília Arraes

No dia 20 de maio, mais de mil militantes se reuniram no Clube Internacional do Recife para manifestar seu apoio à pré-candidatura da vereadora do PT, Marília Arraes, ao governo de Pernambuco. O ato foi uma resposta às tentativas de setores do PT de apoiar a reeleição de Paulo Câmara (PSB).

O Diálogo e Ação Petista envolveu-se decisivamente na preparação do ato. Houve uma rodada de reuniões dos

grupos de base do DAP, culminando com a reunião da coordenação estadual, que decidiu pelo apoio à candidatura de Marília Arraes, adotando um manifesto que destaca o compromisso de Marília com a defesa da democracia e da candidatura Lula, suas críticas ao governo Câmara e sua identificação com a base partidária que quer reconstruir o partido. No ato, o DAP fez-se presente com faixas e pirulitos, além de ter distribuído seu manifesto.

MATO GROSSO: DAP LANÇA SÁVIO COMO PRÉ-CANDIDATO

Também em Mato Grosso, o PT debate a estratégia eleitoral, entre ter candidatura própria ao governo ou apoiar um nome de outro partido, o senador Wellington Fagundes (PR), que votou no golpe e em todos os ataques golpistas aos trabalhadores e a nação. A coordenação estadual do Diálogo e Ação Petista divulgou uma declaração de apoio ao nome de Domingos Sávio como pré-candidato a governador.

Domingos Sávio, que integra o DAP, é professor doutor em História Econômica na Universidade Estadual de Mato Grosso. Fundador do PT e da CUT, Sávio é presidente da associação dos docentes dessa universidade.

“Sou candidato para defender a democracia, por Lula livre, Lula presidente”, declara Sávio. “Sou candidato para defender os direitos dos trabalhadores contra as medidas dos golpistas Sou

candidato para cobrar impostos do latifúndio e do agronegócio, criando as condições para que os trabalhadores de Mato Grosso tenham serviços públicos dignos”.

A declaração do DAP refere-se à outra pré-candidatura petista, do companheiro William Sampaio, e aponta a perspectiva do diálogo para a construção de uma chapa petista, com candidato ao governo e dois candidatos ao Senado.



Domingos Sávio

“A HORA É DE UNIÃO”

Integrante do Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista e da Coordenação estadual do DAP em Pernambuco, Henrique Lima é um dos articuladores do apoio à pré-candidatura de Marília Arraes. Ele concedeu entrevista à página do DAP.



Henrique Lima: “Nossos adversários estão do outro lado da trincheira”

DAP - Por que vocês defendem a candidatura da vereadora Marília Arraes a governadora pelo PT?

HL - Os grupos de base do DAP defendem desde o início desse processo uma candidatura própria do PT por entender que é o melhor caminho para o partido aqui no estado. Entendemos assim porque essa é a estratégia que está de acordo com as resoluções do 6º Congresso e que mais fortalece a luta para a campanha do presidente Lula. Em todos os nossos grupos o entendimento foi que o nome da companheira Marília é o melhor para essa disputa pela defesa que vem fazendo da democracia e do Lula, sua posição em relação ao governo do PSB e pela aceitação que o nome dela vem mostrando na base do partido.

DAP - Setores do partido que defendem o apoio ao governador Paulo Câmara, candidato à reeleição pelo PSB. Como a base do partido vê essa possibilidade?

HL - O problema central não é a aliança com os outros partidos da esquerda, que deve sim ser buscada em todos os estados, mas a situação do PSB de Pernambuco e o seu atual governo. Aqui no estado, os parlamentares do PSB votaram a favor do golpe, se dividiram nas reformas trabalhista e da Previdência. Em muitos aspectos, o seu governo é alinhado com as políticas de Michel Temer e a base PT faz oposição em quase sua totalidade ao governador.

DAP - Como você acha que deve ser a campanha dos candidatos do PT, num momento em que o partido sofre uma pesada perseguição?

HL - Hoje, a tarefa mais importante de todas e todos os petistas é a luta pela liberdade do presidente Lula e pelo direito de concorrermos com ele à Presi-

dência. Sabemos de toda a dificuldade para vencermos a perseguição jurídica contra o presidente, que a direita nem se incomoda mais em disfarçar, mas essa é a melhor estratégia. A eleição de Lula é a única forma de conseguirmos vencer a disputa e acabar com o desmonte que o golpe vem promovendo nos últimos dois anos. Em todas as áreas, temos argumento para mostrar como esse governo ilegítimo piorou a vida de todas e todos ao acabar com nossa economia e retirar os direitos da classe trabalhadora, da juventude, das mulheres, dos negros e negras, da população LGBT.

DAP - O clima político está mudando?

HL - Apesar da perseguição que vivemos, as pesquisas mostram que grande parte da população já entendeu o que aconteceu no Brasil e passou a confiar menos nos meios de comunicação e no Judiciário. O número de filiações ao PT vem crescendo e toda essa mudança pode ter um reflexo eleitoral para o partido. Ainda assim, a campanha deste ano vai exigir de nossas candidatas e candidatos mais trabalho junto às nossas bases e a utilização de todas as ferramentas de comunicação, a importância da nossa militância nessa campanha, o trabalho corpo a corpo e o bom uso das redes sociais. A palavra de ordem é união. Encerrado os encontros eleitorais, precisamos estar juntos focados na ideia de eleger nossos candidatos aos governos e fazer a maior bancada possível na Câmara e no Senado para dar sustentação ao próximo mandato do presidente Lula. Nossos adversários estão do outro lado da trincheira e apesar de não conseguirem um nome comum e forte para a eleição, estão unidos em torno da ideia de impedir Lula de ser candidato e presidente novamente.

“Candidatíssimo”!

É traição falar o contrário

Há “analistas” e certas lideranças do PT (que desmentem depois, quando já não falam em “off”) dizendo que Lula não será o candidato do PT. A mídia reduziu drasticamente a exposição de Lula e tenta desqualificar sua liderança, alegando isolamento.

Ela confunde a prisão na questão do triplex do Guarujá - onde o juiz Moro impôs a antecipação da pena antes do trânsito em julgado na última instância - com a inelegibilidade devida à outra lei, da “ficha limpa” - não obstante per-

mitir concorrer em certos casos.

Em consequência, o tom geral é de que Lula deveria desistir o quanto antes, para se ter tempo de construir um novo nome no interior do PT (se fala de Haddad e Jaques Wagner) ou na esquerda. Nesse caso, o “centro-esquerda” Ciro Gomes (PDT) seria beneficiário, pois Manuela (PCdoB) e Boulos (PSOL) não tem a condição.

Mas quem tem pressa são esses concorrentes ou os adversários que querem derrotar Lula. Ao contrário, o tempo

joga pelo favoritismo de Lula: em outubro de 2017, 57% dos entrevistados da pesquisa CUI/VOX consideravam “justa” a condenação de Lula e 27% “injusta”, mas em abril de 2018 os grupos na pesquisa já se equivaliam.

Lula se consolida no conjunto das pesquisas com 31 ou 32%, e pode chegar a ganhar no 1o turno. Sua retirada da disputa levaria a somar 45% de abstenção, votos brancos e nulos, deslegitimando o pleito. Essa é a realidade. Lula é o único capaz de unir o povo para derrotar os golpistas. O PT não tem porque retirar seu nome

Os argumentos

Mas aí vem o juridiquês, pressão de todo lado, que é preciso refutar:

1. Lula é inelegível, pode ser candidato ou será impugnado?

Ele pode pedir o registro da candidatura. Só depois a Justiça Eleitoral se pronunciará sobre sua elegibilidade. E impugnado, ele terá prazo para se defender no TSE. Mesmo com o pedido indeferido ele pode recorrer.

2. A decisão do TSE não é irrecorrível?

Sim, mas a Constituição prevê Recurso Extraordinário ao STF se for questão constitucional. Nesse caso, justo a elegibilidade de Lula: a Constituição prevê que ninguém perderá seus direitos políticos ou os terá suspensos senão após o trânsito em julgado de sentença criminal. Logo, não pode lei ordinária, como a da “ficha limpa”, nem um juiz ou tribunal, restringir a elegibilidade de quem ainda não teve a decisão transitada.

3. E enquanto corre o processo?

Lula pode fazer a campanha: “o can-

didato cujo registro esteja sub júdice poderá efetuar todos os atos relativos à campanha eleitoral, inclusive utilizar o horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão e ter seu nome mantido na urna eletrônica enquanto estiver sob essa condição, ficando a validade dos votos a ele atribuídos condicionada ao deferimento de seu registro por instância superior” (artigo 16-A da Lei Eleitoral).

4. E se a decisão desfavorável a Lula tornar-se definitiva antes da eleição?

O partido pode substituir candidatos até 17 de setembro. Mas é difícil, senão impossível segundo os especialistas, o trânsito em julgado antes da eleição, pelas atribuições do TSE e do STF, além dos prazos de lei.

5. E se decisão definitiva vier antes do segundo turno ou, então, após Lula ser eleito?

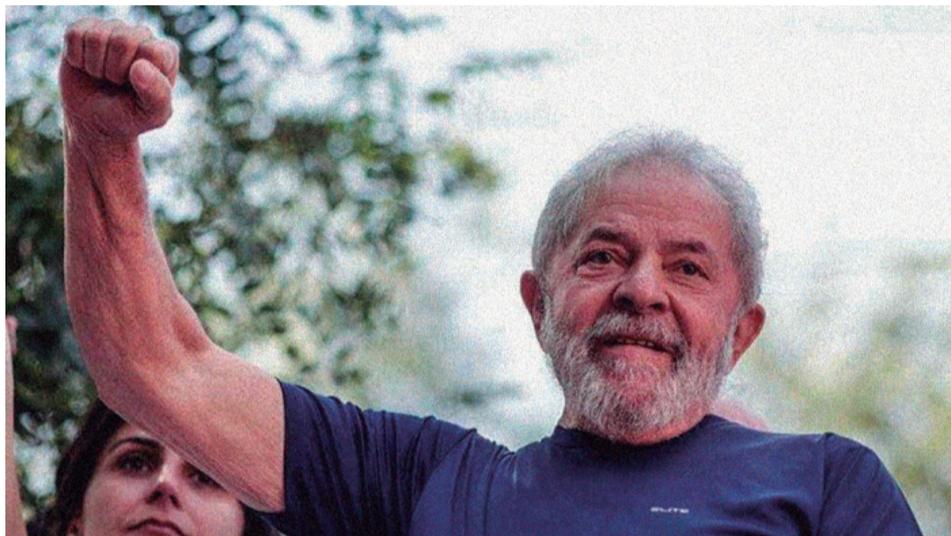
Se Lula não estiver eleito já no primeiro turno, a lei determina que o segundo mais votado disputará com o terceiro no segundo turno. Depois de eleito, a justiça teria que cassar o diploma ou o mandato após a posse; se prevê nova eleição.

Esbulho não!

A questão é política. Eleito com 40 ou 50 milhões de votos, no primeiro ou segundo turno, Lula, será o presidente de fato. A justiça, com os golpistas, terá a condição tirá-lo? Atropelará os prazos antes para impedi-lo?

O povo não aceitará esse esbulho. O PT tem que manter seu candidato e ficar alerta com os traíras!

Markus Sokol



“Militares intocáveis”

Crimes impunes comprovam discurso de Lula ao declarar voto ‘não’ à Constituição de 88

Um memorando da CIA de 1974, recentemente divulgado, relata uma reunião oficial da qual participaram Geisel e Figueiredo, dois dos generais-presidentes da ditadura militar, discutindo a execução de militantes que se opunham ao regime. Há uma referência direta a 104 pessoas mortas pelos órgãos de repressão no fim do governo de Médici, que antecedeu Geisel.

É uma comprovação a mais do envolvimento direto da cúpula da ditadura nos assassinatos, desaparecimentos e torturas – que não eram obra de “extremados” fora de controle, mas uma política deliberada de regime. Todo o problema é que esses crimes nunca foram punidos, o que abre espaço para que a cúpula militar continue a interferir na vida política, de forma inaceitável.

Em abril, o comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, pronunciou-se por uma rede social para, de forma nem um pouco sutil, pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a negar o habeas corpus a Lula.

O ministro interino da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, disse, a respeito do memorando da CIA, que “esse tema se esgota na Lei de Anistia”. Claro, Figueiredo fez apro-

var uma lei de anistia restrita, a qual livrou de julgamento os agentes do Estado que cometeram torturas ou assassinatos. A Constituição de 1988 acolheu esta lei e depois o STF decidiu que a Lei de Anistia não pode ser tocada, recusando o entendimento elementar de que crimes contra a humanidade são imprescritíveis, ou seja, devem ser julgados a qualquer tempo.

O próprio Lula, no discurso que fez no Congresso Nacional, em 1988, quando da votação da atual Constituição (leia em OT-826), indicou que esse era um problema a ser resolvido, ao dizer: “Os militares continuam intocáveis, (...) para, em nome da ordem e da lei, poderem repetir o que fizeram em 1964”.

A sombra dos militares sobre a sociedade precisa ser eliminada, no mesmo movimento que busca derrotar o golpe e erguer uma alternativa para a maioria da nação, com o eixo Lula livre! Lula presidente! Essa é mais uma razão para que Lula, presidente, convoque uma verdadeira Constituinte soberana, que o Brasil nunca teve. Uma Constituinte a ser eleita em bases democráticas, com o objetivo de erguer novas instituições e atender às reivindicações populares.



CORRELIGIONÁRIOS MORO E DÓRIA, EM FESTA NOS EUA

O juiz Sergio Moro, que atropelou e fraudou para condenar Lula teve sua “noite de Oscar” nos EUA, assim tratada pela imprensa tupiniquim. Ele foi premiado Personalidade do Ano pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, com o ex-prefeito de Nova York Michael Bloomberg. Moro pousou, ao lado do outro homenageado e de João Dória, que disse ao postar a foto: “Noite especial aqui em NY ao lado de duas pessoas que admiro: ex-prefeito de NY, Michael Bloomberg e o Juiz Sergio Moro, homenageados no “Person of the Year Awards” (Personalidade do Ano), prêmio que também tive a honra de receber no ano passado”. Honrado prêmio! Dória, Bloomberg e Moro. Todos em casa, e o juizéco à vontade, afinal é de lá, do Departamento de Justiça dos EUA, que lhe são dadas as ordens.

Campanha Lula Livre se espalha no país

Comitês são criados em sindicatos, locais de trabalho, bairros e escolas



Sindicalistas do Rio Grande do Sul criam comitê e organizam atividades

“Toda semana, panfletagem em uma escola e uma fábrica”. Esse é o lema adotado pelo Comitê Vila Prudente/São Caetano (SP), que resume a disposição de fazer a discussão com os trabalhadores e a juventude, como foi feito, por exemplo, na frente da General Motors (GM) no dia 14 de maio. Foram distribuídos 4 mil panfletos (produzidos pelo próprio comitê) em dois turnos, de manhã e de tarde. Os membros do comitê relatam que houve boa recepção por parte dos operários e terceirizados.

É a mesma disposição demonstrada por mais de 20 sindicalistas que se reuniram na sede da CUT/RS para lançamento do Comitê Sindical em Porto Alegre, no dia 10 de maio. O debate girou em torno da necessidade de discutir com os trabalhadores, nos locais de trabalho, sobre as consequências do golpe e o significado da prisão de Lula, e a tentativa de tirá-lo das eleições de outubro.

A partir daí o comitê realizou sua primeira atividade em 16 de maio, com panfletagens nas garagens de ônibus da capital. Na madrugada daque-

la quarta-feira, o material foi recebido calorosamente pelos trabalhadores. Na saída dos ônibus das garagens, vários motoristas paravam e abriam as janelas para pegar panfletos. Já no dia 22, os sindicalistas decidiram panfletar em dois grandes hospitais da cidade, ligando a defesa da revogação da Emenda 95 (congelamento do orçamento da saúde por 20 anos) à campanha por Lula Presidente.



Panfletagem no portão da GM em São Caetano (SP)

Em Alagoas Policiais civis e militares preparam para o dia 25 de maio, o lançamento do comitê dos policiais por Lula Livre/Lula presidente, evento que ocorrerá na sede do PT Alagoas.

Os policiais estão elaborando um manifesto para distribuir na base.

Segundo Zé Carlos, diretor do Sindpol (Sindicato da Polícia Civil): “decidimos fazer no lançamento do comitê, um debate sobre conjuntura nacional, para que os policiais entendam qual o conteúdo do golpe e como o golpe atinge os trabalhadores.” Para o coronel da PM Luciano Santos, “Lula representou um período de conquistas para os trabalhadores e econômico do Brasil. A prisão de Lula é arbitrária. Defender a liberdade de Lula é defender a democracia e só ele pode assumir compromissos com os interesses do povo”.

“Mesmo preso, Lula pode ser candidato”

Em Taguatinga, no Distrito Federal, o Diálogo e Ação Petista organizou um ato para lançar o Comitê no dia 18 de maio. Com cerca de 70 presentes, a maioria deles professores, a atividade ajudou a unificar diferentes setores do PT na cidade, contando com a participação de outros partidos, e terminou com apresentações de artistas locais.

Estiveram presentes pré-candidatos ao Governo, Senado, a deputados Federais e Distritais, além de dirigentes importantes das diversas correntes. O tom do ato foi a necessidade de engajar as pré-candidaturas com a luta em defesa Lula e contra qualquer proposta de um plano B. Para isso, ajudou

o panfleto aprovado pelo Diretório Regional para explicar ao povo que, mesmo preso, Lula pode ser candidato, o qual foi debatido pelos presentes.

Em Joinville, trabalhadores abrem suas casas

A cidade de Joinville, norte do estado de Santa Catarina, tem sido destaque na resistência ao estado de exceção que o país atravessa. A multiplicação dos comitês pela liberdade Lula e o direito do líder nas pesquisas se apresentar como candidato tem tido ótimas adesões de trabalhadores que estão abrindo seus lares para receber os companheiros, discutir quais são as consequências do golpe que se aprofunda no ataque aos direitos dos trabalhadores e como a candidatura de Lula é a esperança de mudança de jogo e organizar a luta.

Na cidade, já são 13 comitês pela liberdade de Lula, que se concentram especialmente nos bairros onde vivem os operários.

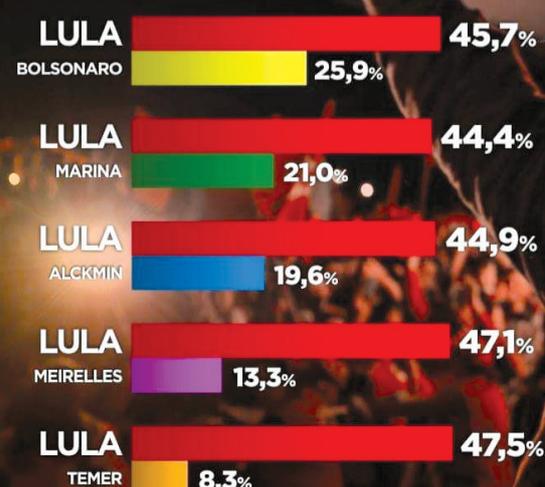
Colaboraram Meg Guimarães, Marcelo Carlini, Jane Becker e Tiago Maciel



Em Joinville, nos bairros operários, famílias abrem suas casas para a luta em defesa de Lula

É Lula, não tem para ninguém!

CENÁRIOS DE SEGUNDO TURNO DA PESQUISA CNT/MDA:



PISADA NA BOLA!

Nas visitas às escolas gaúchas para organização da campanha salarial, pipoca o debate sobre a prisão política de Lula: é cada vez maior o número de trabalhadores na educação que relacionam a defesa da educação pública à liberdade e eleição de Lula.

No Conselho de Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Rio Grande do Sul, o CPERS, que reúne representantes dos 42 Núcleos e a Direção Central, foi proposta uma resolução que afirmava: “O CPERS deve denunciar o Estado de Exceção e se somar aos movimentos de defesa da liberdade de Lula”.

Para surpresa de muitos cutistas, a presidente da entidade, eleita pelo campo da CUT, ajudou a Conlutas e a CTB a derrotarem a proposta, alegando que na categoria apareciam várias posições. Entre muitas abstenções, à votação seguiu-se um silêncio constrangedor.

A decisão dos Conselheiros que defenderam a proposta é lançar um manifesto chamando a construção de comitês na base da categoria em todo o Estado. Afinal, se tem trabalhador que acha que defender a liberdade de Lula nada tem a ver com seus direitos, razão a mais para a direção da entidade sair a campo para fazer a discussão!

ANDES-SN: nada será como antes!

Resultado das eleições abre nova situação no sindicato dos docentes

Encerrada as eleições do ANDES-SN (sindicato nacional dos docentes do ensino superior), com a eleição da Chapa 1 da atual diretoria (CSP-Conlutas, com professores identificados com o PSOL e PCB), o fato marcante foi o desempenho da Chapa 2, Renova ANDES-SN (professores identificados com a CUT, PT, independentes e apoio de professores ligados à CTB que não integraram a chapa).

A Chapa 2 obteve 7.215 votos (45,25% dos válidos, 42,73% do total) contra 8.732, (54,75% dos válidos, 51,71% do total) da Chapa 1. O pleito reuniu 16.887 votantes, sete mil a mais do que a última eleição, com a Chapa 1 não repetindo a votação da chapa única de 2016 que originou a atual direção.

São dados que demonstram que o expressivo aumento de participação nas eleições está diretamente relacionado com o surgimento de uma alternativa ao curso sectário e isolacionista que prevalece há anos no ANDES-SN.

Nas 12 Secretarias Regionais do sindicato, a Chapa do Renova foi vitoriosa em cinco: Nordeste 2 (RN, PB e PE), Planalto (DF, GO e TO), Leste (MG e ES), Rio Grande do Sul e São Paulo. Em outras três alcançou resultados muito positivos: Sul, Nordeste 1 e Nordeste 3.

São resultados ainda mais importantes se lembrarmos que o Fórum Renova ANDES-SN, que está na origem da Chapa 2, tem pouco mais de dois anos de existência. A enorme insatisfação com a direção do sindicato só não se transformou em vitória eleitoral da chapa de oposição porque ela não contou com os meios necessários para estar presente em todos os locais de votação. Mas, uma nova situação está aberta na entidade e para a luta dos docentes.

Esgotamento da política do CSP-Conlutas

A Chapa 2 expressou a vontade da categoria de ver o sindicato integrado com a maioria das organizações sindicais e populares na luta contra o golpe e seus efeitos, coisa a que a direção do ANDES-SN se negou a fazer desde 2015, e também de resgatar a entidade para as lutas específicas da categoria por salários e pela carreira.

O resultado eleitoral mostra o esgotamento da política sectária da CSP-Conlutas, a qual o sindicato nacional está filiado desde 2010, e que se constituiu num obstáculo para que o ANDES-SN estivesse na linha de frente da luta contra o golpe, que vem destruindo a Universidade pública, e presente na luta contra a

prisão de Lula. A CSP-Conlutas, em nota oficial emitida em meio ao processo eleitoral, posicionou-se a favor da prisão do ex-presidente.

Contra esta política desastrosa, é preciso registrar que a CUT deu apoio à Chapa 2, entendendo o lugar que tinha a recuperação do ANDES-SN para a luta pela democracia, neste momento decisivo para a nação brasileira.

Na campanha, comitês Lula Livre

Como disse Celi Taffarel, professora da Universidade Federal da Bahia e candidata a presidente pela Chapa 2, no combate por engajar o ANDES-SN na luta em defesa da democracia, “nossa chapa foi capaz de, ao longo da campanha, ir dando voz às mudanças na situação política, por exemplo, fazendo um chamamento em plena disputa, aos professores, ao ANDES e à própria Chapa adversária a construirmos juntos os comitês pela democracia e por Lula Livre. A negativa da Chapa 1 não impediu que os comitês tenham começado a surgir em várias universidades. Agora, passadas as eleições, continuaremos engajados na construção destes comitês em todas as Universidades em que estivermos”.

A extraordinária votação da Chapa 2 mostra também a vontade dos professores de voltarem a ter uma entidade sindical que se ocupe de suas reivindicações salariais e de condições de trabalho, cujas instâncias sejam capazes de acolher amplamente as opiniões existentes na categoria, ou seja, recuperar a democracia sindical.

Por isso, a luta por um ANDES-SN para todos os docentes não pode parar e vai prosseguir em eleições de seções sindicais (Associações de Docentes) e no Conselho do Andes (CONAD) que será em Fortaleza de 27 a 29 de junho.

Disputar palmo a palmo

Agora o Fórum Renova ANDES-SN se volta para a disputa de eleições com o processo já iniciado, como é o caso da ADUNB (Brasília), ADUFF (RJ) e da APES (Juiz de Fora).

Ao mesmo tempo, os professores do Fórum Renova ANDES-SN se preparam para levar ao CONAD de junho uma proposta de enfrentamento do golpe que nas universidades corta do orçamento da Federal da Bahia para 2018, por exemplo, R\$ 40 milhões. Esse corte no custeio das universidades compromete inclusive o mero crescimento vegetativo da folha de pagamento. Isso se reverte numa nova pressão para a cobrança de cursos e serviços e para a privati-



Celi Taffarel: “nossa chapa foi capaz de dar voz às mudanças na situação”

zação. O que impõe que o CONAD prepare de imediato a campanha salarial 2019, como indica uma proposta de resolução que será levada pelo Renova.

Para passar das palavras às ações, convidamos todas e todos apoiadores da Chapa 2, mas também aqueles que querem conhecer melhor as nossas propostas, a realizarmos juntos a 1ª Plenária Nacional do Fórum Renova ANDES-SN, durante o CONAD, para avaliarmos a situação

política, as eleições e traçarmos em comum os passos que devemos dar na luta no ANDES-SN. Nesse sentido, o Renova fará uma reunião preparatória durante a CONAPE, de 24 a 26 de maio, em Belo Horizonte.

O resultado das eleições, por si mesmo, e a vontade de continuar a luta mostram que o Renova veio para ficar e que, depois dessas eleições, nada será como antes no ANDES-SN.

Eudes Baima

DIREÇÃO SE RECUSOU A LUTAR CONTRA O GOLPE

Desde a desfiliação da CUT, em 2005, e em 2010, com a filiação à CSP-Conlutas, o ANDES-SN segue uma linha sectária e isolacionista.

Em 2015/2016 o ANDES-SN recusou-se à unidade com o movimento sindical, popular e da juventude na luta contra o golpe. A direção da entidade negava que houvesse um golpe em curso e dizia tratar-se apenas de um conflito palaciano. Nessa lógica, perdeu de vista a necessidade de enfrentar o golpe, inclusive para que pudessem ser arrancadas as próprias reivindicações específicas da categoria.

Em pleno momento da votação do impeachment, o ANDES-SN preferiu se juntar à infame manifestação da CSP-Conlutas na Avenida Paulista pelo “fora Dilma, fora todos” em 1º de abril de 2016. No CONAD de junho de 2016, a direção negou-se a condenar o impeachment. Assim, o ANDES-SN virou as costas para os 80 comitês contra o golpe surgidos nas universidades àquela época.

Até hoje, o ANDES não inscreveu a luta contra o golpe em suas resoluções. O Renova ANDES-SN surgiu justamente para expressar a insatisfação existente entre os docentes com essa linha sectária. No último congresso nacional realizado em Salvador (janeiro 2017), a partir da intervenção do Renova, finalmente foi adotada posição contra a condenação de Lula, numa dinâmica que pressionou a própria Chapa 1 a passar a falar de golpe, embora recusando qualquer ação prática unitária.

Servidores de Florianópolis encerram a greve

Mesmo com a lei das OSs aprovada, a categoria sai fortalecida e segue em luta

A greve de 30 dias dos municipais de Florianópolis, iniciada em 11 de abril, marcou a resistência da categoria contra a privatização dos serviços públicos, através das Organizações Sociais (OSs) e em defesa da data base.

A greve sofreu forte reação do empresariado e uma propaganda milionária na mídia para jogar o povo contra os grevistas e o sindicato Sintrase. Na Câmara Municipal foi solicitada uma CPI contra o sindicato. No terceiro dia de greve, um despacho da justiça exigiu 100% dos servidores da saúde e educação de volta ao trabalho e impôs interdito proibitório ao sindicato, de 450 metros de locais de trabalho.

Apoio popular

O governo, que se recusava, teve que abrir negociação após 14 dias da greve que paralisou o serviço público das principais secretarias. Os grevistas fizeram um forte trabalho nas comunidades, explicando em reuniões porque combater as OSs e defender o dinheiro público para o serviço público. O apoio de organizações comunitárias foi importante para manter e fortalecer a greve.

Trabalhadores da Comcap (coleta de



Categoria encerra a greve, mas se mantém em luta pela revogação das OSs

lixo), de hospitais (Sinsau, sindicato estadual), transporte público e do centro de ciência da UFSC paralisaram algumas horas em apoio. A presença de dirigentes do Sindsep (municipais de São Paulo) contribuiu para uma campanha nacional em apoio à greve.

A luta continua

O movimento encerrou sem conseguir revogar as OSs, seu objetivo desde

que o prefeito a aprovou na Câmara. Em assembleia, a greve foi encerrada com 90% dos votos, contra os grupos de oposição à direção do sindicato que queriam manter. Mas a luta não acabou. Foi lançado um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) pela revogação da lei das OSs, pelo qual colhem assinaturas comitês que contam com entidades populares.

Uma plenária popular e sindical na

cidade vai organizar a campanha pelo PLIP e, a partir do Sintrase, convidar sindicatos e movimentos a realizar, em Florianópolis, um Encontro Nacional pela Revogação da Lei das OSs, recolocando a luta nacionalmente.

A categoria sai fortalecida. A truculência da prefeitura, do Judiciário e da mídia, ascendeu a luz para os grevistas sobre a situação do país. No início do movimento, a discussão da luta por "Lula Livre" era morna. No seu desenvolvimento, com o debate na categoria, em assembleia foi aprovada a delegação de um ônibus ao 1º de Maio, em Curitiba, por Lula Livre.

Renê Munaro

ÚLTIMA HORA

CONTRA O AUMENTO DO DIESEL

No fechamento da edição, estava no quarto dia o movimento dos caminhoneiros em todo o país, por uma reivindicação justa - contra o aumento do diesel.

Mas de onde vem esse aumento?

Desde junho de 2017, o golpista Temer dobrou a tributação dos combustíveis, cerca de 100% no PIS/Confins, e a Petrobrás adotou uma política privatista de reajuste dos combustíveis em prol dos acionistas - eles seguem a variação do dólar e do petróleo no mercado mundial - e ficaram quase diários. O diesel, a gasolina, o gás de cozinha - vital para a família trabalhadora - e os demais derivados, tiveram aumento de cerca de 20% nas refinarias, mas nos postos a alta chega a 50%.

O movimento com concentrações e bloqueios em estradas e greves tem a simpatia popular, contra o odiado governo.

Mas, além de caminhoneiros autônomos, o movimento heterogêneo também integra empresários de transporte (em locaute). São várias as entidades que "negociam". A mídia lhe dá um apoio incomum. Estranhamente, se anuncia o desabastecimento em prazo recorde, comparando a episódios anteriores. Aparecem até pedidos de intervenção militar.

Cautela. Cambaleante, o governo Temer e a Petrobrás ainda não tem uma solução, a Câmara e o Senado se interpõem. Nos próximos dias, pode-se chegar a um acordo provisório.

Uma solução duradoura para o diesel e para a economia em geral, motivo de várias lutas em curso, passa pelo fim deste governo com eleições democráticas.

Trabalhadores param para manter direitos

Professores e metalúrgicos enfrentam ameaças patronais

No estado de São Paulo, os professores das escolas particulares avaliam a deflagração de greve pela manutenção da Convenção Coletiva de Trabalho. Em 23 de maio, três mil docentes de 37 escolas paralisaram as atividades na capital, segundo o Sinpro.

As escolas particulares, apoiadas nas mudanças da "reforma" trabalhista (lei 13.467), querem cassar direitos conquistados há décadas, e chegaram a exigir a retirada de quase metade das cláusulas da Convenção. Os professores brigam para manter o recesso de 30 dias, a impossibilidade de parcelar as férias coletivas e as bolsas de estudos dos seus filhos.

A Convenção Coletiva vigorou até dia 2 de abril, não foi renovada por falta de acordo. O sindicato patronal encerrou unilateralmente as negociações e força a categoria a abrir mão de parte dos direitos para renovar o resto da Convenção, depenada.

Para isso, se apóia num ponto da "reforma", o fim da ultratividade das convenções ou acordos coletivos, que permitia que cláusulas de uma convenção continuassem tendo

efeito mesmo após o fim da vigência. Assim, os trabalhadores tinham garantia nas negociações de que se as empresas quisessem impor mudanças inaceitáveis, cláusulas antigas continuavam valendo, até a próxima assinatura. Agora, os patrões chantageiam: ou se aceita perder direitos e mantém parte da convenção, ou se perde a convenção.

Mas os trabalhadores sabem que há outra alternativa: a mobilização. Uma assembleia de 1000 professores na capital marcou nova paralisação para 29 de maio.

Cai o número de acordos coletivos

A situação dos professores mostra como a "reforma" impactou a vida do trabalhador, piorando as condições das negociações. Em geral, nas campanhas salariais, além de reivindicar reajuste salarial, os trabalhadores também pautam direitos sociais inscritos na Convenção Coletiva de Trabalho (num determinado setor econômico) ou o Acordo Coletivo (numa única empresa), instrumentos legais nos quais constam cláusulas com as ga-

rantias para a categoria. Segundo o DIEESE, o número de instrumentos coletivos assinados no 1º trimestre de 2018 caiu 29% em relação ao mesmo período em 2017.

Em São Bernardo do Campo, outro exemplo: os trabalhadores da Mercedes Benz entraram em greve no dia 14 de maio, porque a empresa queria reajuste zero e tirar direitos. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC defendia a manutenção de todos os direitos do Acordo Coletivo e a inclusão de uma Cláusula de Salvaguarda contra a "reforma trabalhista" (a empresa fica impedida de alterar as relações de trabalho com base nas mudanças da CLT, sem negociação prévia com o sindicato). Mas os trabalhadores, com sua resistência, conquistaram um acordo que contempla suas reivindicações.

Com a "reforma" em vigor, é preciso resistir para manter os direitos e seguir a luta pela revogação da lei 13.467. A candidatura de Lula é instrumento dessa luta.

Priscilla Chandretti

1968: O maio-junho francês – parte 2

A greve geral se estende e abala o governo de Gaulle

Os trabalhadores entram em ação em 13 de maio, ecoando a radicalização estudantil que repercute em todas as camadas da população¹.

A convocação das centrais sindicais era para uma greve de 24 horas, mas é transbordada por uma greve geral ilimitada que será a maior realizada na França. Em 13 de maio a manifestação convocada em Paris reúne 500 mil jovens e trabalhadores (1 milhão em todo o país) contra a repressão e por suas reivindicações. Um grito ganha as ruas “Abaixo de Gaulle!”.

A greve operária começa em Nantes

Em 14 de maio, a greve começa entre os metalúrgicos da Sud-Aviation (aeronáutica) de Nantes. Ao decretá-la, os operários elegem o seu comitê de greve, integrando os sindicatos, e ocupam a fábrica. O militante Yvon Rocton², então secretário da seção na fábrica da central sindical CGT-FO, joga um papel dirigente na greve.

Ela se estende para outras fábricas em todo o país, nas metalúrgicas (Renault e depois todo o setor automotivo), têxteis, químicas, petroleiras e farmacêuticas. Em 17 de maio é a vez dos serviços públicos de transportes, energia, correios e seguridade social. Os professores se juntam ao movimento em 19 de maio. Em todas as categorias onde há sindicatos



Yvon Rocton fala aos estudantes em frente a um restaurante universitário, maio de 68

a greve é engrossada, paralisando o funcionamento do país e acuando o governo.

Em 23 de maio, a greve geral engloba dez milhões de trabalhadores e jovens. A França parece uma floresta de bandeiras vermelhas plantadas nas fábricas, canteiros de obras, escritórios, órgãos públicos, escolas secundárias e faculdades.

Todos juntos, como classe, face à burguesia e seu Estado

A greve geral começou sem convocação formal das centrais sindicais, como um rastilho de pólvora, traduzindo a necessidade de lutar todos juntos, como classe, contra a burguesia e seu Estado.



Nas manifestações do final de maio de 1968, são levantadas faixas pelos comitê central da greve

Os grevistas viam nas organizações sindicais a sua direção. Mas, a atitude dos dirigentes dessas organizações era contraditória com a sua vontade de ir até o fim em sua luta. Os dirigentes agiram para controlar o movimento, limitá-lo a uma soma de greves parciais e isoladas entre si, fragmentando as reivindicações sem avançar a questão do poder (Abaixo de Gaulle).

Qualquer pretexto era usado pelos dirigentes para esvaziar de trabalhadores as fábricas ocupadas, deixando nelas apenas uma “guarda”. O que só era possível em ausência de comitês de greve eleitos nos locais de trabalho, uma fragilidade do movimento: milhões de grevistas não terão o controle sobre a sua própria luta.

A organização regional ou nacional da greve geral, baseada em comitês de greve de cada empresa, que poderia dar uma direção única ao movimento, ainda que fosse a orientação de setores minoritários, como os militantes da OCI, não se realizou, chocando-se com o caráter disperso que as direções acabaram impondo ao movimento.

“Não assinem”

A greve geral criou uma situação em que a questão do poder se colocou: um governo operário que atendesse as reivindicações e transformasse a sociedade, libertando-a da exploração e da opressão. Mas sua força não foi centralizada num comitê nacional da greve geral.

Diante desse vazio, quem começou a falar foi a oposição parlamentar dirigida por François Mitterrand (federação da esquerda democrata e socialista). Em 21 de maio, apoiada pelo Partido Comunista Francês (PCF), essa oposição apresenta uma moção de censura ao governo, mas a maioria gaullista a derrota. Em 27 de maio, um comício organizado pelo PSU (socialistas unificados) e a CFDT (central sindical), propõe um

governo de Pierre Mendès-France, político pequeno-burguês de verniz “progressista”.

O governo de Gaulle-Pompidou não podia atacar de frente a greve geral e buscou atrair os dirigentes das centrais sindicais para uma “negociação”. Os primeiros a aceitar são os da CGT, ligados ao PCF, a central com maior peso nas fábricas.

Em 27 de maio são anunciados os acordos de Grenelle, que incluíam várias concessões reais (aumento do salário mínimo, aumento geral de salários de 10%, extensão de direitos sindicais e pagamento parcial dos dias parados). Mas, são deixadas de lado reivindicações centrais da greve geral, como a anulação de decretos baixados por de Gaulle em 1967.

Quando os dirigentes sindicais apresentaram os acordos na assembleia dos operários da Renault-Billancourt, os mesmos são rejeitados aos gritos de “Não assinem!”, dando a senha para muitas outras assembleias. A greve geral vai continuar, para decepção dos dirigentes que tinham convocada toda a imprensa para registrar o seu fim.

Movimento é canalizado para eleições

Em 30 de maio, o presidente De Gaulle dissolve a Assembleia Nacional e convoca eleições para 23 de junho, com Pompidou continuando a ser primeiro-ministro, ameaçando com o uso da força para manter a ordem.

Os dirigentes do PCF e da CGT não abrem qualquer outra perspectiva e militam para que os grevistas aceitem os acordos

de Grenelle. No início de junho, pouco a pouco, ocorre um retorno ao trabalho.

Em 15 de junho, o governo adota represálias, já com o país “normalizado”, como a dissolução de organizações de juventude e de organizações revolucionárias, sob pretexto de “violência e desordem” (ver box). Nas eleições convocadas por de Gaulle, é a direita que faz a maioria.

As lições do maio-junho francês de 1968 são de enorme importância para a luta dos trabalhadores e jovens de todo o mundo.

Lauro Fagundes

Notas

1. Este artigo foi escrito com apoio no dossiê “50 anos do maio-junho” publicado no jornal “Informações Operárias”, órgão do Partido Operário Independente da França..
2. Yvon Rocton, operário de vanguarda, membro da OCI, faleceu em 27 de setembro de 2008, deixando em escritos e entrevistas um testemunho militante da greve geral de 1968.

UMA NOTA DE PIERRE LAMBERT

Dentre as organizações dissolvidas pelo poder estava a Organização Comunista Internacionalista (OCI), cujo dirigente Pierre Lambert, em 15 de junho de 1968, escreveu:

“O grito do estudante anônimo ‘Libertem nossos companheiros’ exprimia a resposta da juventude à decadência do regime. Em 14 de maio, os operários da Sud-Aviation, em Nantes, junto com todos os sindicatos, deflagraram a greve com ocupação que iria desenvolver-se como greve geral. Violência? Desordem? Só um apóstolo do regime do lucro pode qualificar assim a resistência operária às demissões e ao desemprego. (...)”

Uma vez mais, para salvar o capital e seu Estado, os dirigentes do PCF e da CGT sacrificaram os interesses imediatos e gerais do movimento operário, para vergonha do stalinismo (...).

Pode-se dissolver as organizações, mas não as ideias. A 4ª Internacional, cujo programa marxista mergulha suas raízes nas experiências do movimento operário, integra na sua luta pelo socialismo a defesa incondicional das liberdades democráticas, a liberdade de expressão não se divide. A 4ª Internacional prosseguirá o seu combate”.

Estado de Israel mata dezenas de manifestantes

Exército atira em palestinos que lutam pelo direito ao retorno a suas terras

Na segunda-feira, 14 de maio, enquanto os ricos e poderosos inauguravam a Embaixada estadunidense em Jerusalém e celebravam o 70º aniversário da proclamação do Estado de Israel, atiradores de elite do exército israelense cometeram um novo massacre na Faixa de Gaza.

Num primeiro momento, contaram-se 55 palestinos mortos a tiros, entre os quais oito crianças, além de dezenas de pessoas entre a vida e a morte e mais de 2.200 feridos. A maioria ficará incapacitada, porque os atiradores apontaram para as pernas e as articulações.

Desde o início de abril, os habitantes da Faixa de Gaza, organizados em comitês integrados por todas as organizações do território, preparam a Grande Marcha pelo retorno, movimento que se expressa por manifestações pacíficas todas as sextas-feiras. O objetivo dessas manifestações é de se aproximar o mais perto possível da fronteira, simbolizando sua travessia, para exigir a retirada do bloqueio e afirmar o direito ao retorno dos refugiados às cidades e vilas de seus pais. A Grande Marcha pelo retorno reuniu, nesse 14 de maio, data que corresponde à Nakba para os palestinos (ver box), uma multidão enorme e compacta, muitos com toda a família.

A situação na Faixa de Gaza é catastrófica. Gaza, que sofre um bloqueio mantido conjuntamente por Israel e Egito, foi qualificada, corretamente,



14 de maio: palestinos são brutalmente atacados pelo Exército de Israel

como a maior prisão a céu aberto do mundo. Uma jornalista perguntou a um jovem palestino se ele não tinha medo de morrer indo à manifestação. Ele respondeu: "Eu já estou morto". Não há outra solução para o povo palestino senão resistir, afirmar sua existência e os direitos inerentes a ela.

Resistência se mantém

Todas as sextas-feiras, desde a primeira manifestação, os franco-atiradores assassinam e mutilam friamente os manifestantes. Cerca de cem palestinos foram mortos desde abril. Os oficiais israelenses estabeleceram que, mesmo não estando em perigo, os atiradores tinham o direito de disparar sobre os manifestantes porque Israel deveria se defender em função do "estado de guerra" com Gaza. (...)

Após o massacre, várias manifestações foram espontaneamente organizadas na Galileia, região onde os palestinos do interior (eles rejeitam a noção de árabes israelenses) são nu-

meros. Na segunda-feira à noite, um ato reuniu entre 200 e 300 pacifistas judeus israelenses diante do edifício do primeiro-ministro, para protestar contra o massacre. Um chamado à greve geral nos territórios palestinos (incluindo os territórios de 1948) foi também lançado para o dia 15.

Enquanto o massacre prosseguia, Donald Trump evitou cuidadosamente falar da matança. Seu genro, Jared Kushner, que o representou em Jerusalém, escreveu que os manifestantes eram "parte do problema e não a solução". A máquina de propaganda israelense repetiu sem parar que o Hamas era o responsável. De acordo com o ministro da Defesa, Lieberman, "não há ninguém inocente na Faixa de Gaza". (...)

Nessa região do mundo, há 40 anos, os "planos de paz" se sucedem,



15 de maio: Mercado da Cidade Velha de Jerusalém fechado, greve geral tem ampla adesão

conduzindo sistematicamente a novas guerras, a novos massacres de palestinos. Para o povo palestino, como para os povos do mundo inteiro, não pode haver paz sem liberdade. A Nakba não terminou, nem tampouco a resistência.

François Lazar, do jornal francês "Informações Operárias",
15 de maio

O QUE É A NAKBA

A Nakba, "catástrofe" em árabe, é uma expressão que designa a proclamação do Estado hebreu em 14 de maio de 1948, após o anúncio do desligamento britânico de seu mandato internacional na Palestina. Nessa data, as colônias sionistas controlavam 7% do território da Palestina. A votação na ONU sobre a partição da Palestina, em novembro de 1947, concedeu-lhes 55% do território. A partir desse momento, o objetivo dos grupos paramilitares sionistas foi tomar posse dos 55% outorgados e expandi-los, por todos os meios possíveis.

A Nakba manifesta esse longo processo metódico de expulsão em massa de dois terços da população palestina de suas terras ancestrais. Situação que prossegue, atualmente, cada vez que uma família palestina é expulsa ou tem a sua casa destruída pelo exército israelense.

AcIT exige o fim dos massacres

Trechos da declaração do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos de 16 de maio

Trump e seu representante na ONU felicitaram o governo Netanyahu por "ter dado provas de contenção"! A União Europeia, buscando demarcar-se da brutalidade de Trump, condenou as violências, conclamando à contenção das duas partes, como se houvesse igualdade entre os que atiram sobre a multidão e aqueles que se manifestam pacificamente. (...)

São os mesmos governos que, por conta dos interesses das multinacionais, provocam guerras e conflitos em todo o planeta. Dezenas de milhares de palestinos manifestavam-se contra o bloqueio de Gaza e pelo direito ao

retorno. Com efeito, Gaza é a maior prisão a céu aberto do mundo, um verdadeiro gueto no qual "vivem" 2 milhões de pessoas em 360 km², ou seja, 5.400 habitantes por km², uma das maiores densidades do mundo.

Essa faixa, onde só há eletricidade algumas horas por dia, onde falta tudo, onde não há trabalho, está bloqueada pelo Estado de Israel e pelo Egito, que controlam os muros e cercas de arame farpado que rodeiam a Faixa de Gaza.

É contra esse bloqueio que dezenas de milhares se manifestam, eles são em essência descendentes dos 800 mil palestinos expulsos à força de

seus vilarejos e casas em 1948, quando da criação do Estado de Israel. (...)

O direito ao retorno diz respeito a 6 milhões de palestinos exilados, encerrados em campos, submetidos à opressão e à repressão. Essa reivindicação se choca com todos os acordos feitos sob a égide do imperialismo dos Estados Unidos.

Os numerosos militantes palestinos que participaram da Conferência Mundial Aberta contra a Guerra e a Exploração, em dezembro de 2017 em Argel, afirmaram claramente: os acordos de Oslo em 1993, a divisão em pedaços do território palestino sob controle da Autoridade Palesti-

na, erguem-se contra a soberania e o direito à nação para os palestinos. (...)

Conclamamos o conjunto dos militantes e organizações que participam das atividades do AcIT a ocupar a primeira linha no combate em defesa do povo palestino contra os massacres promovidos pelo exército israelense, com apoio de Trump.

Louisa Hanoune, secretária-geral do Partido dos Trabalhadores (Argélia) e Dominique Canut, do Secretariado Nacional do Partido Operário Independente (França) (coordenadores do AcIT)

Venezuela: Nicolás Maduro é reeleito com 68% dos votos

Agora é hora de adotar as medidas que o povo está clamando

O segundo boletim do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), de 21 de maio (98,78% de atas apuradas), confere a Nicolás Maduro, candidato da Frente Ampla da Pátria (PSUV e outros partidos) 6.190.612 votos (68%), enquanto Henri Falcón acumula 1.917.036 votos (21%), Javier Bertucci 988.761 e Reinaldo Quijada 36.246. A participação foi de 9.132.655 eleitores (46,2% do total).

Maduro foi reeleito para um novo mandato (2019-25) derrotando os candidatos de oposição por ampla margem, com alta abstenção. Expressou-se um apoio majoritário ao chavismo que derrotou as duas vertentes da oposição: a que participou do pleito, propondo dolarização da economia, e a que chamou a abstenção, pedindo intervenção estrangeira.

Nesse sentido, foram derrotados também o imperialismo dos Estados Unidos e seus aliados do Grupo de Lima (governos direitistas da região) e da União Europeia, que dizem não reconhecer os resultados e que vão aplicar sanções ainda mais duras à Venezuela.

Ao mesmo tempo, esse novo triunfo do chavismo está marcado por dificuldades e contradições. A abstenção de 54% tem um significado. Ela se dá num contexto de intensa luta de classes alimentada pela ingerência imperialista e ameaça de intervenção militar, logo não pode ser analisada como as altas abstenções que marcaram também as eleições na Colômbia, Chile ou Peru.

Mas, é inegável que continua a queda da votação chavista: Hugo Chávez obteve 8.191.132 votos em 2012 e o próprio Maduro teve 7.505.338 em 2013. Há que se considerar o quadro adverso de sabotagem econômica, hiperinflação induzida, bloqueio e sanções econômicas, por isso mesmo dizemos que é uma vitória da resistência do povo trabalhador. Mas, se o resultado não retira legitimidade de Maduro, certamente o coloca numa



Reeleito, Maduro faz comício em frente ao Palácio Miraflores, sede do governo

situação difícil no plano internacional, pois a baixa participação será utilizada para questionar o seu mandato.

Nova ofensiva de Trump já começou

Mais de uma dezena de países não reconheceram os resultados eleitorais de 20 de maio: Panamá e Chile foram os primeiros, seguidos pelo Grupo de Lima (14 países, incluindo Brasil e Argentina) que num comunicado acordaram reduzir suas relações diplomáticas com a Venezuela. O governo de Rajoy da Espanha disse estudar "medidas oportunas" nos marcos da União Europeia. Mike Pompeo, secretário de Estado dos EUA, ao não reconhecer os resultados, disse que seu país tomará medidas para "restabelecer a democracia na Venezuela", enquanto o presidente Trump aprovava uma ordem executiva que limita operações com títulos da dívida pública do país.

No plano militar, o plano para "derrotar a ditadura venezuelana", do almirante Kurt Tidd, chefe do Comando Sul segue de pé. Bancos dos EUA bloquearam sete milhões de dólares enviados pela Venezuela para pagar medicamentos para hemodiálise e a multinacional Kellogg's retirou-se do país, o que levou o governo Maduro a decretar que os trabalhadores tomassem as suas fábricas.

Ao receber seu diploma de candidato

vencedor do CNE, Maduro ordenou a expulsão do encarregado de negócios dos EUA e seu assessor por "ingerência insolente no processo eleitoral", apelando à solidariedade internacional dos trabalhadores, movimentos populares e democratas do mundo.

A principal promessa eleitoral de Maduro foi a de resolver a situação econômica. No ato do CNE, ele voltou ao tema, conclamando todos os setores a uma discussão ampla.

Maduro conta com o poder político em mãos do chavismo, com a Assembleia Constituinte e está diante de uma oposição dividida e enfraquecida. Logo, não há desculpas para que seu governo deixe de adotar medidas que o povo está clamando diante da calamidade na economia.

Por um Plano de Emergência

Para o Coletivo Trabalho e Juventude, o triunfo político do povo trabalhador em 20 de maio permite passar para a ofensiva no confronto com empresários e especuladores que desorganizam a produção e a distribuição de bens, colocando em marcha um Plano nacional de emergência apoiado na mobilização de trabalhadores do campo e da cidade.

Tal plano deve priorizar a produção

de alimentos. Para tanto é preciso retomar o processo de redistribuição de terras, recuperar a produção agrícola e financiá-la; atacar os bancos privados que manejam o crédito sem maior controle; sanear as empresas públicas do setor agrícola, substituindo dirigentes e métodos improdutivos; implantar um monopólio estatal na compra de alimentos que controle os preços e melhore a rede de distribuição.

A melhora do sistema nacional de saúde pública, tanto na recuperação de sua infraestrutura, quanto na oferta de medicamentos, deve incluir forte recuperação salarial para os trabalhadores do setor. Da mesma forma para o sistema educativo nacional. Os serviços públicos de transporte, água, eletricidade, telefonia e internet, devem passar por avaliação rigorosa, com participação popular e dos trabalhadores.

Hoje os patrões, a pretexto da crise social, agem de forma coordenada no desrespeito às leis trabalhistas (LOTT), o que lhes permite agudizar a guerra econômica e minar as bases do Estado, ao mesmo tempo que aumentar suas margens de lucro. Daí a ação necessária e efetiva por parte do governo na aplicação da LOTT, como pedem os sindicatos.

A especulação com a moeda, o boicote financeiro, a lavagem de dólares pelos bancos, exigem mais do que nunca o controle do sistema bancário pelo Estado, além de uma reforma tributária que faça o grande capital pagar mais impostos.

Para implementar medidas desse tipo, além do combate à corrupção na esfera pública, se exige a participação organizada do povo trabalhador, através de suas organizações sindicais, populares e políticas, o que é o grande desafio colocado para o período pós-eleitoral que se inicia.

Alberto Salcedo,
Maracaibo 22 de maio

EUA OPERA COM GOVERNO GOLPISTA

O governo brasileiro já havia assinado o comunicado do Grupo de Lima. Depois de reunião em Brasília (22/05) com o secretário de Estado dos EUA, John Sullivan, o Ministério das Relações Exteriores assinou novo comunicado, com os EUA reafirmando não reconhecer "legitimidade e credibilidade" na reeleição de Maduro. Além do ataque à soberania da Venezuela, Sullivan está no Brasil para articular um Foro Permanente de Segurança a ser coordenado por EUA e Brasil para "troca de informações entre agências de controle de inteligência para combater o narcotráfico, o tráfico de armas, os delitos cibernéticos, a lavagem de dinheiro, os crimes financeiros e o terrorismo"!!! (Estadão 23/05).

Assine **O TRABALHO** ★

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br